PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
UNIDADE DE GESTÃO DE GOVERNO E FINANÇAS

Ata da Audiência Pública para discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019.

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, nas dependências da Prefeitura Municipal de Jundiaí, no Auditório localizado no oitavo andar do Paço Municipal situado à Avenida Liberdade, s/nº, Jardim Botânico – Jundiaí, Estado de São Paulo, atendendo às disposições contidas no artigo 48 Lei Federal Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e em prestígio ao princípio da transparência e da ampla publicidade, reuniram-se o Vice Prefeito do Município, Sr. Antonio de Pádua Pacheco, o gestor da Unidade de Gestão e Finanças, Sr. José Antonio Parimoschi, o Coordenador Executivo de Finanças, Sr. José Roberto Rizzotti, o Coordenador Executivo de Governo, Sr. Roberto Araujo, o Diretor - Presidente do Instituto de Previdência de Jundiaí – IPREJUN, Sr. João Carlos Figueiredo, o Diretor da Unidade Central de Planejamento e Governança, Sr. Fernando Luiz Polo, e demais diretores e gestores orçamentários e servidores municipais das diversas Unidades de Gestão da Prefeitura Municipal de Jundiaí, em conformidade com a ata assinada, para realização da Audiência Pública referente à fase de Elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2019, em consonância ao edital nº 02, de 06 de março de 2018, publicado na edição 4375 de 07 de março de 2018, à pagina 31 da Imprensa Oficial do Município de Jundiaí.

Às nove horas e dezessete minutos o Gestor de Governo e Finanças procedeu com a abertura da audiência pública . O senhor José Antonio Parimoschi cumprimentou todos os presentes e fez referencia ao Sr. José Carlos Polo, antigo secretario Municipal presente à platéia. O Gestor de Governo e Finanças aproveitou a ocasião para relembrar os esforços que a atual administração tem feito na área do planejamento e ressaltou que o planejamento é essencial para a eficácia de uma boa administração. Afirmou que planejar significa traçar objetivos, porém na administração pública também é preciso escolher qual caminho será seguido para o melhor atendimento das demandas dos cidadãos frente às dificuldades econômicas. Ele falou ainda sobre a importância de se traçar diretrizes orçamentárias para o ano de 2019 e reforçou o compromisso da administração em transformar projetos em "entregas". Parismoschi enfatizou a que o moderno modelo de gestão visa diminuir a distancia do ente público com o cidadão e dos esforços que estão sendo feitos para a concretização dos compromissos de governo. Foi mencionado que as decisões do governo são definidas pela arrecadação o que faz com que seja exigida do governo uma equipe de planejamento com habilidade para ajustes de cronogramas e que a revisão dos projetos, portanto, deve ser realizada de forma diária. O

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
UNIDADE DE GESTÃO DE GOVERNO E FINANÇAS

Às dez horas o Diretor da Unidade de Gestão de Governo e Finanças, Sr. Fernando Luiz Polo iniciou a apresentação do Projeto de Lei que trata das diretrizes orçamentárias de 2019. Inicialmente comentou sobre a importância de se priorizar as ações a fim de se programar as entregas. O Sr. Fernando explicou sobre o processo de elaboração do PPA e sobre a confecção e definições das ações de governo. Então explicou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias define as metas e prioridades para o próximo exercício e busca sintonizar a Lei Orçamentária com o Plano Plurianual. O diretor comentou ainda sobre a base legal e prazos de entrega da LDO. Após explicações, o Sr. Fernando comentou sobre o sistema de acompanhamento de metas físicas das ações que será implantado. O sistema prevê que as metas sejam monitoradas bimestralmente.

Às dez horas e quinze minutos o Coordenador Executivo de Finanças , Sr. José Roberto Rizzotti iniciou suas explanações. Inicialmente fizeram menção às falas do Gestor Executivo de Governo e Finanças e do Diretor-Presidente do Iprejun. Discorreu ainda sobre a importância de se acompanhar os institutos de previdência e que muitos institutos no Brasil foram tratados de forma muito inadequada. Após observações iniciais, o Coordenador fez comentários sobre a dívida fundada, afirmando que hoje a dívida do município é composta em sua maior parte pelo Iprejun, o que faz com que o município diminua sua capacidade de investimento. Após explanações iniciou-se a apresentação do anexo de metas. Explicou que o anexo de metas e prioridades tem o papel de direcionar as ações programáticas do PPA, considerando as despesas de caráter obrigatório e as despesas essenciais. Então ele explicou o histórico de resultados das metas fiscais e a receita corrente liquida dos anos de 2015 a 2018. Completou a que a LDO é o melhor instrumento para evitar desajustes fiscais. Observou ainda que "cada fonte de arrecadação tem uma tratativa diferente, e a LDO projeta as receitas de forma muito mais acertada do que o orçamento, uma vez que o orçamento inclui uma expectativa que reflete a pressão política pelo ajuste de programas que não pode ser descartada. E essa expectativa é sempre mais positiva". O Coordenador apresentou então as metas fiscais relacionadas com a dívida do município, com a despesa de pessoal e com o resultado primário e nominal. Comentou ainda que, a dívida, se não bem cuidada pode comprometer os investimentos em áreas básicas da sociedade. Explanou então sobre a taxa selic que vem sendo reduzida paulatinamente o que reduz os juros. Afirmou que esta economia gerada pode ser aproveitada em outras ações. Continuou falando sobre o resultado primário e nominal. Explicou que "o resultado primário é o resultado que demonstra a saúde do município antes das despesas financeiras (juros e correções monetárias"). Continuou explicando que o resultado primário demonstra capacidade de pagamento sem endividamento e que se o resultado nominal está negativo, significa que o crescimento da dívida é menor. Após

que o governo federal diminuiu em mais de 3% os repasses para a saúde, "se o governo repassa menos, a pressão social aumenta", afirmou o Gestor de Governo e Finanças. Completou dizendo que as portas do município sempre estão abertas e que portanto é preciso rever nossos gastos e reduzir desperdícios uma vez que não dá mais pra contar com outras fontes de financiamento e que o foco, portanto, deve ser o planejamento. Depois comentou sobre o processo de licitação do BRT que está parado apesar dos esforços dessa administração e sobre a morosidade do governo federal em liberar recursos. Ele ainda afirmou que "esperar que a economia cresça nos ajuda, mas não resolve todos os problemas". Parimoschi finalizou seus comentários dizendo que o governo espera que em 2020 haja um melhor ajuste fiscal, porém isso não desafoga o governo, uma vez que as pressões por "entregas" não diminuirão uma vez que a população não tem mais paciência e que o dialogo muitas vezes é difícil.

Às onze horas e quinze minutos o vice prefeito, Sr. Antonio de Pádua Pacheco, pediu a palavra para mais uma colaboração. Cumprimentou os presentes e fez menção a apresentação falando que as informações foram de muita validade. Comentou sobre sua participação no fórum "Cidades criativas", que ocorreu no município de Itupeva e contou sobre um grupo de moradores que o procurou para perguntar sobre a entrega da UPA Novo horizonte. O vice prefeito afirmou que "não restam dúvidas de que a população de Itupeva está aguardando pela inauguração da Upa Novo Horozonte" e que o mesmo acontece com as creches e com o Hospital São Vicente, que por outro lado, mostra a qualidade do nosso atendimento. O vice prefeito afirmou ainda que custa ao município milhões por ano para manter esse excedente de demanda. Após as falas do vice-prefeito o Gestor de Governo e Finanças, perguntou se haveriam mais comentários. Diante da negação platéia, a audiência foi encerrada às onze horas e vinte e seis minutos, sendo que foi solicitada a permanência dos Gestores de Governo para outras discussões. Para constar, eu, Vanessa Cristiane de Andrade, lavrei a presente ata que hora assino, bem como demais presentes conforme lista de presença anexa.

Vanessa Cristiane de Andrade

Analista de Planejamento, Gestão e Orçamento